

Pesquisador: *Rogério Christofolletti*

Título: *Transparência no jornalismo: valor ético, compromisso público e desafio prático para profissionais e a indústria*

Período de execução: *(02/2019 a 01/2022)*

Linha de Pesquisa: *Jornalismo, Cultura e Sociedade*

Grupo de Pesquisa: *Observatório da Ética Jornalística (objETHOS)*

Financiamento: *CNPq (Bolsa PQ-2)*

Resumo

Há um clamor generalizado por mais transparência de atos e movimentos na vida social. As sociedades contemporâneas exigem governos mais abertos e transparentes, esperam que organizações e corporações sejam menos opacas, e até incentivam que pessoas se comportem da mesma forma. Transparência tem sido entendida como uma medida de honestidade, de finalidade pública e de qualidade, mas a transparência está longe de ser a solução de todos os problemas humanos. Apesar disso, o jornalismo se contagia pelo discurso da transparência, e seus alvos favoritos de cobrança são políticos e empresários. Ao mesmo tempo, empresas noticiosas e jornalistas protegem-se e se mostram contrários a políticas de maior abertura de seus comportamentos, interesses e finalidades.

Esta pesquisa investiga a transparência como valor ético no jornalismo e como peça privilegiada no contrato social com as audiências. Para tanto, vamos observar como esse objeto se apresenta nos cânones da profissão (em manuais de redação, códigos deontológicos e guias de conduta), nas políticas das organizações de notícia (em documentos internos para relacionamento com stakeholders, e outras referências de gestão), e nas próprias percepções e ações de jornalistas e executivos do setor. Combinando revisões bibliográfica e documental, entrevistas em profundidade e *surveys* online, esta pesquisa objetiva responder como as redações lidam e se relacionam com a ideia de transparência, quando o jornalismo cumpre a promessa de ser transparente com seu público, se existem protocolos de transparência distintos entre jornalistas e suas organizações, e com que níveis razoáveis de expectativas podemos considerar a transparência no jornalismo.

Os resultados devem permitir uma compreensão mais ampla e aprofundada do tema, e oferecer contribuições para políticas de transparência a serem implementadas por profissionais e organizações que perseguem elevados níveis de qualidade jornalística.

Palavras-chave

Transparência – Accountability – Jornalismo – Ética - Qualidade

Introdução

Por que pesquisar transparência no jornalismo justamente agora?

Esta proposta de pesquisa é uma consequência do projeto “Privacidade e Jornalismo: atualizações de conceitos, dilemas e entornos”, a ser concluído em fevereiro de 2019¹. Ao longo de três anos, concentrei meus esforços para investigar como as variadas e profundas transformações no conceito e no funcionamento da privacidade têm afetado as práticas no jornalismo. Alguns dos resultados da pesquisa foram materializados e difundidos na forma de artigos e capítulos de livros, conforme se pode conferir na seção final desta proposta, às páginas 12-15. Entretanto, o estudo da privacidade fez emergir um incontornável interesse por outro importante conceito, o de transparência.

Nas referências bibliográficas e nas entrevistas feitas com profissionais, este tema apareceu com grande frequência e intensidade porque no entorno do discurso sobre privacidade circula também seu oposto, a publicidade. E em diversos contextos, tornar pública uma informação ou dado é ser transparente ou fortalecer a ideia de transparência. O jornalismo, então, seria um campo de realização e de promoção da transparência. O jornalismo poderia funcionar como reforço para boas práticas de gestão, para o compartilhamento de informações estratégicas para tomada de decisão das pessoas em geral, e para a participação efetiva dos cidadãos.

Nas últimas décadas, tem sido cada vez mais eloquente o coro por mais transparência nos atos da vida pública. Governos precisam ser mais abertos e transparentes; representantes públicos devem prestar contas de seus movimentos; e mesmo no mundo corporativo, a boa governança passa por menos opacidade das ações e decisões. Há um clamor por mais transparência em todos os quadrantes da vida, e essa condição não exime o jornalismo de tais cobranças. No imaginário coletivo, a transparência vai ser conjugada como publicidade, satisfação do direito de informação, *accountability* e partilha mais equilibrada de poderes. Mas em sua órbita também gravitam o controle social, a

¹ Processo nº 312182/2015-5 – CNPq.

corrosão da privacidade e da intimidade, e a vigilância de todos por todos. De ideia bem-intencionada, a transparência se converte rapidamente em palavra de ordem e mantra, repetido à exaustão como solução de muitos problemas políticos e sociais. Mas diversas vozes apontam os perigos que a transparência pode trazer. Pude perceber isso com muita clareza e contundência durante a Herrenhauser Conference “Transparency and Society: between peril and promise”², realizada em Berlim (Alemanha) em junho de 2018, quando palestrei no painel sobre transparência na era digital e como isso afeta a democracia na América Latina.

Para avançar nesta direção e contribuir com tais discussões, proponho uma pesquisa que tensione a transparência no campo do jornalismo em três planos distintos: como valor ético, compromisso com o público e prática cotidiana.

Problemática, Revisão e Discussão

Como a transparência afeta o jornalismo?

Há quase um quarto de século, Hüsselbee (1994) apontava para parte dos desafios que rondavam a profissão jornalística diante da emergente Sociedade da Informação. O respeito à privacidade ensejava preocupações a ponto de alimentar um complexo dilema para repórteres e editores: atender ao direito de informar ou preservar a esfera íntima das pessoas? Diante das lacunas e da imprecisão da lei, pesa mais ainda a decisão pessoal do jornalista. Daí que Hüsselbee propõe um conjunto de questões para auxiliar os jornalistas a distinguirem direito de saber de curiosidade, diferença fundamental na perspectiva daquele autor: a) Por que aquela informação é importante? b) Mesmo que a invasão da privacidade seja justificada pelo interesse público, é possível fazer o serviço de informação sem invadir a privacidade? c) Que procedimentos serão usados para verificar as informações através de pesquisa em bases de dados? d) Quais são os danos potenciais e o que pode ser feito para

2 <https://www.volkswagenstiftung.de/en/events/calendar-of-events/herrenhausen-conferences/transparency-and-society-between-promise-and-peril> Acesso em 01/jul/2018.

minimizá-los? e) É possível explicar a mecânica da invasão e como ele é justificada moralmente?

Ainda muito útil esse checklist sinaliza caminhos práticos para os jornalistas ao mesmo tempo em que reforça a ideia de que é necessário ser capaz de justificar nossas escolhas publica e moralmente. Isto é, ser transparente, prestar contas, dar satisfações.

Na mesma época e à sua maneira, Nora Paul (1994) lista o que chama de alguns paradoxos da privacidade no cotidiano jornalístico, e sua franqueza brutal pode nos fazer corar diante das contradições que perpassam as redações. Jornalistas lutam para expor governos ao sol, mas lutam contra qualquer um que queira saber como repórteres obtêm tais informações; revelam segredos dos outros, mas não querem que outros conheçam seus segredos, suas fontes confidenciais; extraem informações de pessoas de bases de dados, mas se insurgem quando isso acontece com eles, protestando contra perseguições e vigilâncias. Diversos jornalistas se recusam a dar entrevistas, mas quando personagens públicos fazem o mesmo são apresentados de forma negativa e reprovadora.

A autora afirma ainda que empresas jornalísticas clamam pelo acesso a registros de governos e corporações, mas são sempre muito reticentes em disponibilizar seus balanços financeiros, suas bases de assinantes ou como se posicionam politicamente em muitos temas sociais. Tampouco é dada ampla visibilidade a eventuais conflitos de informação entre redação e negócios/interesses das empresas. Assim, as condições apresentadas por Nora Paul não só demonstram posições conflitantes no jornalismo quanto às noções particulares de privacidade, mas também uma vigorosa indisposição à transparência de seus atos e, por consequência, um refúgio à opacidade.

Tais contradições têm raízes na cultura profissional dos jornalistas, na manutenção de ritos de autopreservação, em valores deontológicos, e no emaranhado de interesses políticos e econômicos que sustentam o jornalismo como negócio. Mas é possível também entrever algum desconforto na

acomodação dessas forças. Maia (2008), por exemplo, defende que transparência possa funcionar como elemento democratizador no processo da produção jornalística. A autora enfatiza o que Kovach & Rosenstiel (2003) classificaram como “Regra de Transparência”, um conjunto de esforços para tornar mais claro como o jornalismo é produzido, o que permite que o público saiba com mais detalhes como ele se constitui. Conforme Kovach & Rosenstiel, a “Regra da Transparência” ajuda na disciplina de verificação do repórter porque permite que se tenha um *making off* de suas reportagens, por exemplo. Para Maia (2008), a implementação da regra também democratiza porque permite aumentar o acesso do público aos meandros da produção jornalística.

A presença crescente de vazadores e whistleblowers no jornalismo complexifica o trabalho nas redações pois modifica os relacionamentos habituais com fontes de informação (cf. CALLAND & DEHN, 2004; CHRISTOFOLETTI & OLIVEIRA, 2011; GREENBERG, 2012; BREVINI, HINTZ & MCCURDY, 2013; ALLI, 2014; CHRISTOFOLETTI, 2016; APAZA & CHANG, 2017,). Após o surgimento do WikiLeaks, o próprio conceito de fonte vazadora passou a requerer ajustes no que se passou a se chamar “era da transparência” (SIFRY, 2011).

O brado dos cypherpunks de que a “privacidade deve ser para os fracos [os cidadãos] e a transparência para os poderosos [governos e corporações]” (ASSANGE, APPELBAUM, MÜLLER-MAGUHN & ZIMMERMANN, 2013) somado aos tremores de terra causados pelas denúncias de Edward Snowden em 2013 deram um novo alento ao papel que a transparência tem nas sociedades contemporâneas (GOLDFARB, 2015; EPSTEIN, 2017; BELL & OWEN, 2017).

Recentemente, relatores da liberdade de expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA) defenderam a transparência na propriedade dos meios e limites à concentração no setor como requisitos para a independência e a diversidade na era digital³.

³ Disponível em <http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=1100&IID=2> Acesso em 11/jul/2018

Bowles, Hamilton e Levy (2014) avançam na discussão sobre transparência na política e na mídia nas realidades dos Estados Unidos e do Reino Unido.

Philips (2010), Craft & Heim (2009), McBride & Rosenstiel (2014) abordam o tema no plano da ética dos jornalistas, e a transparência se apresenta tanto como desafio emergente quanto como dificuldade operacional.

Diversos esforços vêm sendo envidados para estudar a transparência no meio jornalístico e talvez a rede mais consolidada atualmente seja a do projeto MediaAct⁴, que se espalha por dezenas de países europeus e considera e valoriza a dimensão da prestação de contas de empresas e profissionais (*media accountability*), conforme Eberwein, Fengler & Karmasin (2017); Rodríguez-Martínez, López-Meri, Merino-Arribas, Mauri-Ríos (2017); Suárez-Villegas, Rodríguez-Martínez, Mauri-Ríos, López-Meri (2017); entre outros.

A discussão está tão consolidada em algumas áreas que começa a contagiar outras. Por conta do avanço extraordinário no uso de aplicativos e plataformas digitais, setores mais organizados da sociedade e preocupados com privacidade defendem o reforço de mecanismos de transparência algorítmica⁵, inclusive nas chamadas novas mídias (cf. DIAKOPOULOS & KOLISKA, 2016).

Entretanto, a transparência precisa ser observada com critério e distância. Sua implementação conserva dificuldades intrínsecas que resvalam em culturas pré-estabelecidas e sua vigência tem limites, pois - sozinha - não soluciona nem pacifica conflitos.

Kristin Lord (2006) lembra que transparência não é sinônimo de verdade. Um contexto com maior transparência pode enganar, pois a oferta de informações não garante correção, integridade, imparcialidade ou exata interpretação por parte das audiências. A autora argumenta que a transparência é um fenômeno complexo, “cujos efeitos podem ser positivos ou negativos, dependendo do que a transparência revela, como as pessoas interpretam as

4 Ver: <http://www.mediaact.eu> Acesso em 07/jul/2018

5 Mais informações em <https://www.journalism.co.uk/news/why-algorithmic-accountability-reporting-needs-to-go-beyond-transparency/s2/a722634/> Acesso em 13/jul/2018

informações que recebem e como as pessoas respondem a essas informações” (p. 20).

Ao menos cinco fatores contribuíram para o atual clamor global pela transparência: o espalhamento de governos democráticos pelo planeta, a ascensão da mídia, a disseminação de organizações não-governamentais que atuam na fiscalização de poderes, a proliferação de regras internacionais que exigem governos mais abertos, e a ampla disponibilidade de tecnologias da informação. Combinados, esses fatores ajudam a compor um cenário que não só alimenta a necessidade de transparência, mas ajuda a punir a opacidade.

Kristin Lord é categórica quando afirma que “transparência não é um antídoto para os problemas do mundo”, afinal uma maior transparência de atos não leva a sociedade à paz, à tolerância, à cooperação ou à democracia. “Pode apoiar aqueles objetivos em muitas circunstâncias, mas às vezes também os enfraquecerão. A transparência é um fenômeno complexo com efeitos que são ambos bom e mau” (p. 131). A autora reconhece que governos devam abraçar a transparência como compromisso, mas outras ações devem se somar a esta disposição para a resolução dos grandes problemas humanos. A transparência contém perigos, como a vigilância e o controle social, mas também é recheada de promessas.

A exigência por transparência começa a se tornar mais intensa sempre que já não há mais confiança, afirma Chul-Han (2012). Para o autor, não há tema que domine mais o debate público atualmente que a transparência, pois ela permite controle de um lado e satisfação de um direito, a liberdade de informação, de outro. O direito de saber é importante para as sociedades complexas atuais, mas a transparência não é um bem supremo, adverte Michael Schudson (2015), para quem há razões também importantes para mantermos a não-transparência. O voto secreto, a proteção de populações vulneráveis, a manutenção da civilidade na interação social e a própria dignidade humana fazem parte dessa lista.

Chul-Han (op.cit.) vê na transparência os contornos de um fetiche, o

que impede que a maioria das pessoas veja nela uma coação sistêmica que engloba todos os processos sociais e que atua para uniformizar práticas e posições. Por isso, o autor chama a atenção para a violência produzida a partir da transparência, o que se efetiva no nivelamento do ser humano a um elemento funcional de um sistema. Nas sociedades da transparência, coloca-se em suspeita tudo aquilo que não se submete aos seus regimes de visibilidade. Cidadãos e cidadãs são estimulados a se exporem voluntariamente, seduzidos pela retórica das redes sociais, por exemplo, alimentando panópticos digitais em todas as partes. O jornalismo engrossa o caldo espesso à medida que vocaliza o discurso da transparência como honestidade, como destemor, como compromisso social e amplo.

Schudson (2015) afirma que diversos desenvolvimentos das últimas décadas encorajam o monitoramento público do governo, como se pudessemos também monitorar a democracia. É mais complexo que isso, sabemos. O autor pondera: “a transparência veste o manto do natural e espontâneo, mas sua promulgação prática requer regras e procedimentos. Regras exigem burocracia e execução. Eles não poderiam avançar sem precificação, mensuração, manutenção de registros, coleta de dados, prazos, transcrições, arquivamento. E, claro, a transparência não acontece sem o pessoal para lidar com suas diversas tarefas” (p. 262). O mesmo se pode esperar da transparência no jornalismo, o que reforça um dos objetivos desta proposta de pesquisa de investigar que limites e travas atuam para a implementação de regimes menos opacos nas redações.

Metodologia e Cronograma

Como a transparência será estudada?

Esta proposta de pesquisa considera a transparência um objeto de estudo que atravessa e desafia três planos distintos: a) a sua posição como valor ético para o jornalismo; b) a sua condição como reforço de um compromisso público do jornalismo com a sociedade; c) a sua implementação como prática

cotidiana no jornalismo, e os muitos desafios que isso enseja. A fim de organizar o olhar para este objeto complexo, formulamos para cada plano de abordagem uma assertiva por meio da qual são desdobradas questões a serem perseguidas e respondidas na pesquisa.

A composição está melhor sintetizada conforme o quadro abaixo:

Plano	Assertiva	Questões a responder
Transparência como valor ético para o jornalismo	A transparência é a nova objetividade, logo é uma meta para o jornalismo e ajuda a condicionar certos rituais profissionais da categoria e do mercado	Como a transparência aparece no cânone ético do jornalismo, em documentos referenciais, como códigos, guias de boas práticas e manuais de redação?
		Como jornalistas lidam e se relacionam com a ideia de transparência?
		É estratégico que jornalistas e meios adotem a transparência como valor que desafie seus rituais profissionais?
Transparência como compromisso público do jornalismo	A transparência possibilita que o jornalismo satisfaça o desejo e o direito do público de saber das coisas	Como os jornalistas fazem funcionar a transparência no seu cotidiano?
		O jornalismo atende sempre ao compromisso de ser transparente com seu público?
		Como está organizado o contrato de transparência do jornalismo com seu público?
		As expectativas de transparência dos jornalistas e das organizações coincidem com as expectativas do público?
O desafio prático de implementar a transparência no jornalismo	A transparência apresenta diversos limites para sua efetivação como prática cotidiana no jornalismo	Há protocolos de transparência distintos entre jornalistas e suas organizações?
		Além do sigilo de fontes, que outras questões práticas dificultam a transparência no jornalismo?
		Como poderia ser caracterizado um índice de transparência para as organizações noticiosas?
		Com que graus de transparência os jornalistas podem atuar?

Para responder às questões, vamos combinar diversas técnicas de pesquisa ao longo do período, como revisão bibliográfica e documental, entrevistas em profundidade e *surveys* online. Assim, vamos enfrentar as bibliografias nacionais e internacionais que tratem de assuntos atinentes ao jornalismo e que são atravessados ou confrontados pela transparência, tais como Sigilo de Fontes, Confidencialidade, Interesse Público, Direito ao Esquecimento, Anonimato, *Accountability* na Mídia, entre outros. Para a revisão documental, vamos nos debruçar sobre manuais de redação, códigos deontológicos e outros documentos de orientação de conduta, bem como políticas das organizações noticiosas para engajamento e relacionamento com o público, além de documentos referenciais de gestão. Entrevistas em profundidade serão realizadas com jornalistas em diversos postos e funções do processo produtivo jornalístico, assim como devem ser entrevistados gestores e executivos decisores nas organizações. Para ampliar o escopo na coleta de percepções e impressões dos profissionais, vamos recorrer a *surveys* aplicadas online, seguindo preocupações censitárias e de estratificação social.

As etapas da pesquisa são planejadas conforme o cronograma a seguir:

2019-2020

Módulo 1: Transparência como Valor Ético

Etapa da Pesquisa	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Revisão bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X				
Revisão documental em códigos deontológicos, manuais de redação e outros documentos de orientação				X	X	X	X	X				
Sistematização conceitual									X	X		
Produção de artigos científicos											X	X

2020-2021

Módulo 2: Transparência como Compromisso Público

Etapa da Pesquisa	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Revisão bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X				
Revisão documental de políticas de engajamento e relacionamento com o público de organizações noticiosas				X	X	X	X	X				
Revisão documental em políticas de privacidade para usuários				X	X	X	X	X				
Entrevistas com jornalistas e gestores							X	X	X			
Sistematização das informações									X	X		
Produção de artigos científicos											X	X

2021-2022

Módulo 3: Desafios Práticos para a Implementação da Transparência

Etapa da Pesquisa	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Revisão bibliográfica	X	X	X	X	X	X						
Entrevistas com jornalistas e gestores			X	X	X	X						
Revisão de documentos de gestão						X	X	X				
Sistematização das informações								X	X			
Produção de artigos científicos									X	X	X	
Relatório Final e encerramento												X

Objetivos, Metas e Resultados

O que alcançar com esta pesquisa?

- Investigar a transparência como valor ético e como compromisso público no jornalismo;
- Tensionar as expectativas das audiências sobre transparência no jornalismo e as efetivas possibilidades de oferta por profissionais e organizações do setor;
- Contribuir para a formulação de novos referenciais como códigos éticos, guias e manuais de procedimento jornalístico, bem como políticas internas de relacionamento com os público e outros grupos interessados;
- Propor de parâmetros, índices e graus de transparência para serem adotados como procedimentos replicáveis no cotidiano de jornalistas e organizações noticiosas;
- Oferecer subsídios para a inovação e a busca da qualidade técnica e ética no jornalismo no que se refere à transparência e seus entornos.

Relevância e Impacto

Quais as contribuições para a ciência, a tecnologia e a inovação?

Este projeto pode trazer contribuições substanciais para os profissionais do jornalismo e para as organizações noticiosas que desejem efetivamente discutir e implementar modelos de qualidade baseados em transparência.

Ao debater a transparência como valor ético, a pesquisa revisita parâmetros deontológicos e cânones de orientação profissional, podendo contribuir para a **formulação de novos documentos como códigos éticos, guias e manuais de procedimento jornalístico**. Ao enfrentar a questão da transparência pelo prisma do compromisso público do jornalismo, a

pesquisa tensiona expectativas das audiências e as efetivas possibilidade de cumprimento do contrato de leitura estabelecido entre produtores de informação jornalística e sociedade. Esse cotejamento pode fomentar a **edição de novas políticas de interação com o público**, o que incide na qualidade do relacionamento entre consumidores e setores produtivos jornalísticos.

O terceiro plano da pesquisa está diretamente preocupado com a implementação de conceitos e práticas de transparência pelos jornalistas e pelas organizações noticiosas. Ao abordar esse quadrante, a pesquisa pode contribuir para a **proposição de parâmetros, índices e níveis de transparência a serem adotados como procedimentos replicáveis** para esses atores.

As contribuições que esta pesquisa enseja se dão nos planos do desenvolvimento científico e tecnológico, na gestão e inovação de processos no âmbito das organizações jornalísticas, na produção de novos conhecimentos para o campo e, por consequência, no ensino de jornalismo.

Referências Bibliográficas

ALLI, Shawn. Whistleblowers: True Patriots of Humanity. Amazon, 2014.

APAZA, Carmem; CHANG, Yongjin (eds.) Whistleblowing in the world: government policy, mass media and the law. London: Palgrave/MacMillan, 2017

ASSANGE, Julian; APPELBAUM, Jacob; MÜLLER-MAGUHN, Andy; ZIMMERMANN, Jérémie. Cypherpunks. São Paulo: Boitempo, 2013.

BASTIAN, Mariella. Media and Accountability in Latin America : Framework – Conditions – Instruments. Inaugural-Dissertation zur Erlangung des Doktorgrades (Dr. phil.) an der Fakultät Kulturwissenschaften der Technischen Universität Dortmund. Menden, im Oktober 2017.

BELL, Emily; OWEN, Taylor (eds.) Journalism after Snowden: the future of the free press in the surveillance state. New York: Columbia University Press, 2017

BOWLES, Nigel; HAMILTON, James T.; LEVY, David A.L. Transparency in politics and the media: accountability and open government. London: I.B.Tauris, 2014

BREVINI, Benedetta; HINTZ, Arne; MCCURDY, Patrick (ed.) Beyond Wikileaks: implications for the future of communications, journalism and society. New York: The Palmate Macmillan, 2013.

CALLAND, R., & DEHN, G. (Eds.). (2004). Whistleblowing Around the World: Law, Culture, and Practice. London: Public Concern At Work (PCAW) and the Open Democracy Advice Centre (ODAC).

CHRISTOFOLETTI, Rogério; OLIVEIRA, Cândida. Jornalismo pós-WikiLeaks: deontologia em tempos de vazamentos globais de informação. Contemporânea, Vol. 9 nº 2, pp. 86-100, 2011.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ethical risks, informers, whistleblowers, leaks and clamor for transparency. *Brazilian Journalism Research - Volume 12 - Number 2 - 2016*

CHUL-HAN, Byung. *A sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

CHUL-HAN, Byung. *Transparenzgesellschaft*. Matheus & Seitz Verlag, Berlin, 2012

CRAFT, Stephanie; HEIM, Kyle. Transparency in Journalism: Meanings, Merits, and Risks . IN: WILKINS, Lee; CHRISTIANS, Clifford (eds). *The handbook of mass media ethics*. New York/London: Routledge, 2009

DIAKOPOULOS, Nicholas; KOLISKA, Michael. Algorithmic Transparency in the News Media. *Digital Journalism*, 2016

EBERWEIN, Tobias; FENGLER, Susanne; KARMAVIN, Mathias (eds.) *The European Handbook of Media Accountability*. London: Routledge, 2017

EPSTEIN, Edward Jay. *How America lost its secrets: Edward Snowden, the man and the theft*. New York: Alfred Knopf, 2017

GOLDFARB, Ronald (ed.) *After Snowden: privacy, secrecy and security in the information age*. New York: St. Martin's Press, 2015.

GREENBERG, Andy. *This Machine Kills Secrets. How WikiLeaks, Cypherpunks and Hactivists Aim to Free the World's Information*. London: Virgin Books, 2012

HUSSELBEE, L. P. Respecting privacy in an Information Society: a journalist's dilemma. *Journal of Mass Media Ethics*, vol. 9, n.3, pp-145-156, 1994

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os Elementos do Jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003

LORD, Kristin M. *The Perils and Promise of Global Transparency : Why the Information Revolution May Not Lead to Security, Democracy, or Peace*. Albany: State University of New York Press, 2006

MCBRIDE, Kelly; ROSENSTIEL, Tom. Learning the transparency habit. IN: MCBRIDE, Kelly; ROSENSTIEL, Tom. *The new ethics of journalism: principles for the 21st century*. Los Angeles: Sage/CQ Press, 2014

PAUL, Nora. Some paradoxes of privacy. *Journal of Mass Media Ethics*, vol. 9 n.4, pp. 228-230, 1994

PHILIPS, Angela. Transparency and the new ethics of journalism. *Journalism Practice*, Vol. 4, No 3, 2010, pp. 373-382

RODRÍGUEZ-MARTÍNEZ, R.; LÓPEZ-MERI, A.; MERINO-ARRIBAS, A.; MAURI-RÍOS, M. "Instrumentos de rendición de cuentas en España. Análisis comparativo en Cataluña, Galicia, Madrid y Valencia". *El Profesional de la Información*, 26(2): 255-266, 2017.

SCHUDSON, Michael. *The rise of the right to know : politics and the culture of transparency, 1945–1975*. Cambridge/London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2015

SIFRY, Micah. *Wikileaks and the age of transparency*. New York: OR Books, 2011.

SUÁREZ-VILLEGAS, J.C., RODRÍGUEZ-MARTÍNEZ, R., MAURI-RÍOS, M., LÓPEZ-MERI, A. "Accountability y culturas periodísticas en España. Impacto y propuesta de buenas prácticas en los medios de comunicación españoles (MediaACES)". *Revista Latina de Comunicación Social*, 72: 321-330, 2017